

Joana Brites

Historiadora de arte, investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), professora auxiliar no Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), Largo da Porta Férrea, 3004-530, Coimbra, Portugal, joanabrites@hotmail.com

Resumo

Este artigo visa contextualizar e caracterizar a arquitetura do Estado Novo português no âmbito do seu propagandeado programa de “renascimento nacional”. Pese embora o tradicionalismo e conservadorismo do regime, procura-se demonstrar que a campanha de obras públicas constitui uma das suas vertentes de maior modernidade. Evidencia-se o caráter inclusivo da política cultural que o Estado Novo, à semelhança de outros fascismos, cultivou. Nesse sentido, analisa-se a relação entre arquitetos e Governo, o sistema de condicionamento artístico implementado, bem como a lógica de compromisso que a arquitetura do regime revela em torno da busca e da construção de um «moderno nacional».

Palavras-chave: Portugal, Estado Novo, arquitetura.

Estado Novo, obras públicas e “renascimento nacional”

O Estado Novo português (balizado formalmente entre 1933, com a aprovação por plebiscito da nova Constituição, e o seu derrube, em 1974, pelo golpe militar de 25 de Abril) estruturou-se e consolidou-se como resposta ditatorial de cariz antiliberal e antissocialista, nacionalista e colonialista, intervencionista, autárcico e corporativo face à crise internacional do sistema liberal, sentida em Portugal desde os finais do século XIX e acelerada pela entrada do país na Primeira Guerra Mundial. Conquanto a definição tipológica do regime não reúna unanimidade na comunidade historiográfica, opta-se por manifestar concordância com a sua inclusão na categoria maximalista de fascismo¹, não obstante os traços específicos que deteve e a sistemática defesa que realizou da sua originalidade no quadro das ditaduras modernas.

A viabilização política do Estado Novo implicou uma complexa concatenação de consensos e compromissos entre as “várias direitas da direita” (ROSAS, 2003, p. 55), bem como a superação da indefinição que pautou a Ditadura Militar estabelecida com o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Este processo de transição foi liderado por António de Oliveira Salazar, que se tornaria chefe do Governo entre 1932 e 1968. Não só deteve a maior longevidade no poder dentro do quadro dos autoritarismos e totalitarismos europeus do século XX, como também centralizou, num elevadíssimo grau, toda a ditadura na sua pessoa. Além de Presidente do Conselho de Ministros (órgão cuja colegialidade se eliminou em prol da concentração de poder nas suas mãos), António Oliveira Salazar deteve, por períodos variáveis, as pastas ministeriais consideradas mais relevantes. Entre estas, sublinha-se o desempenho do cargo de Ministro das Finanças (1928-1940), a partir do qual se projetou a sua

¹ Sobre o debate relativo à classificação do Estado Novo português, cfr., entre outros: O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982; O Estado Novo. Das Origens Ao Fim Da Autarcia (1926-1959). Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987; CRUZ, Manuel Braga. O Partido e o Estado no Salazarismo. Lisboa: Editorial Presença, 1988; ROSAS, Fernando. Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo. Vértice, Lisboa, n.º 13, Abril de 1989, p. 21-29; NUNES, João Arsénio. Salazar e os fascismos. Vértice, Lisboa, n.º 13, Abril de ...continua próxima página...

... continuação da nota 1 ...

1989, p. 9-19; NOLTE, Ernst, *Les Mouvements Fascistes: L'Europe de 1919 à 1945*. Paris: Calmann-Lévy, 1991; PINTO, António Costa. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: Problemas de Interpretação Nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992; COLLOTTI, Enzo. *Fascismo, Fascismos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992; LUCENA, Manuel. *O Regime Salazarista e a sua Evolução*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1995; TORGAL, Luís Reis. «Estado Novo» em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, n.º 1, Junho de 1997, p. 5-32; LINZ, Juan. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. London: Lynne Rienner Publishers, 2000; MEDINA, João. *Salazar, Hitler e Franco*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000; ROSAS, Fernando. *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. *Análise Social*, Lisboa, n.º 157, 2001, p. 1031-1054; NUNES, João Paulo Avelãs. *Tipologias de regimes políticos*. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado. *População e Sociedade*, Porto, n.º 8, 2002, p. 73-101; PINTO, António Costa. *De regresso ao fascismo*. *Análise Social*, Lisboa, n.º 179, 2006, p. 611-627; PINTO, António Costa. *Portugal, Michael Mann, o fascismo europeu*. In: MANN, Michael. *Fascistas*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 9-26.

2 Denominado, a partir de 1944, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Sobre a atuação deste organismo cfr., nomeadamente: Ó, Jorge Ramos. *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural Durante a “Política do Espírito”*: 1933-1949. *Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

3 Criado em Julho de 1932, a partir da transformação do anterior Ministério do Comércio e das Comunicações, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações passa a designar-se apenas Ministério das Obras Públicas (MOP) a partir de Dezembro de 1946.

mitificação como *salvador da pátria*. Assumiu, ainda, a tutela de diversos organismos dependentes da Presidência do Conselho, entre os quais se destaca o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)², criado em 1933 e dirigido por António Ferro, escritor e jornalista carismático com conexões ao meio modernista, confesso admirador do fascismo italiano e autor da primeira decisiva fabricação da imagem do ditador (FERRO, 1933).

A política cultural do Estado Novo reflete, na sua heterogeneidade homogeneizada, a própria divergência de interesses, forças e estratégias que se encontravam na base política e socioeconómica de apoio do regime, as quais a todo o custo este se esforçou por gerir, estabilizar e manter. Paralelamente ao indiscutível peso do ruralismo tradicionalista e dos dispositivos criados para a sua exaltação e reprodução (e.g. ALVES, 2013; CASTELO-BRANCO, BRANCO, 2003; MELO, 2001), cultivou-se a imagem de um Estado forte e financeiramente saneado, capaz de impulsionar o progresso material do país. Longe de constituir um mero exercício de retórica e pese embora o pendor maniqueísta do contraste forjado em relação, sobretudo, à Primeira República (1910-1926), a modernização – ainda que dividida em diferentes e desencontradas estratégias de fomento (industrialismo e reformismo agrário), truncadas ou severamente reformuladas na sua aplicação para não perturbar os equilíbrios em que repousava o regime – integrou, também, a realidade social e política da ditadura portuguesa (e.g. ROSAS, 2000). Para se comprovar esta hipótese interpretativa, a *política de obras públicas* constitui um caso paradigmático.

Possibilitada pelo reequilíbrio das contas do Estado, a campanha de obras infraestruturais, urbanísticas e de construção de equipamentos lançada pelo salazarismo inscreveu-se numa estratégia, com paralelos internacionais, de resposta aos traços conjunturais (Crise de 1929 e Grande Depressão) e estruturais (transformação dos modos de regulação socioeconómica e crescimento da intervenção estatal na economia) da época. A sua planificação, implementação e monitorização coube ao grupo socioprofissional dos engenheiros, elite tecnocrática que compunha em larga escala o corpo de agentes responsáveis pela teorização e condução da modernização que, a par do tradicionalismo

conservador, teve também expressão tanto na atuação como na composição dos quadros médios e superiores do regime.

Obedeceu a uma organização centralizadora, hierarquizada e especializada, alcançada mediante a conjugação de dois princípios de atuação. O primeiro, iniciado ainda no período da Ditadura Militar, visou reunir no entretanto criado Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC)³ toda a responsabilidade na preparação, execução e fiscalização de obras de construção ou remodelação de edifícios públicos. O segundo resultou da consciência do volume considerável de obras, da urgência de muitas e do saber técnico específico que implicavam. Tais condicionalismos conduziram à criação de uma panóplia de organismos – juntas, delegações e comissões administrativas dotadas de um corpo de técnicos próprio (autónomas ou sob alçada da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, mas em todo o caso na dependência do MOPC) – às quais se atribuía uma área de intervenção específica. Citem-se, a título de exemplo, dentro do universo da arquitetura: a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário; a Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército; a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra; a Comissão das Construções Hospitalares; a Delegação para as Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas; a Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias; a Comissão dos Novos Edifícios para os Correios, Telégrafos e Telefones (CTT); a Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

Procedeu-se, assim, a uma divisão do trabalho ditada por critérios de racionalidade, eficácia e eficiência, de que são exemplo a determinação de planos de atividade, a listagem de prioridades de intervenção, a tendência para a tipificação do(s) programa(s) a adotar em cada tipologia arquitetónica (estações dos CTT, tribunais, agências e filiais da Caixa Geral de Depósitos, quartéis, escolas, unidades de cuidados de saúde, prisões, entre outras) e o estabelecimento de um percurso burocrático padrão para a avaliação e aprovação dos projetos de arquitetura, parcial ou totalmente financiados pelo Governo. Tal trajeto, composto pela intervenção de diferentes esferas com capacidade de decisão, revelou-se capaz, como adiante se explanará, de condicionar e moldar

40 O presente artigo centra-se apenas no espaço de Portugal continental. Sobre a arquitetura produzida na época em territórios coloniais, em particular africanos, cfr., entre outros: FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005; FERNANDES, Miguel Santiago. *Pancho Guedes: Metamorfoses Espaciais*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007; FONTE, Maria Manuela. *Urbanismo e Arquitectura em Angola*. Lisboa: Caleidoscópio e FAUTL, 2012; MAGALHÃES, Ana. *Migrações do Moderno: Arquitectura na Diáspora – Angola e Moçambique (1948-1975)*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitectura) – Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada, Lisboa, 2015; MILHEIRO, Ana Vaz. *Nos Trópicos Sem Le Corbusier: Arquitectura Luso-africana no Estado Novo*. Lisboa: Relógio d'Água, 2012; TOSTÕES, Ana (Ed.). *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014; DOMINGOS, Nuno. Colonial architectures, urban planning and the representation of Portuguese imperial history, *Portuguese Journal of Social Science*, Lisboa, n.º 14, p. 235-255, Setembro de 2015.

5 Em 1940 existiam em Portugal 215 arquitetos. Cfr.: PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística. *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1945.

qualquer proposta arquitetónica, independentemente do seu eventual radicalismo inicial. Deste modo, não restam dúvidas de que existiu não apenas uma arquitetura *no*, mas também *do* Estado Novo, aliás facilmente reconhecível nas várias geografias da metrópole⁴, pese embora a diversidade de linguagens estilísticas, mesmo que contraditórias, que o regime acolheu e instrumentalizou, quer para a construção (não estática) da sua imagem, quer como ferramenta de transformação de sociabilidades e mundividências.

Esclareça-se, porém, que não se pretendia erigir uma *ordem nova* a partir do zero. O adjetivo *novo* não significava original. Tratava-se, segundo os doutrinadores do regime, de operar um “renascimento nacional” (SALAZAR, 1933, p. XXXV), de reatar o *verdadeiro caminho*, de assumir um legado histórico a que cumpria fazer jus, de resgatar de uma nação alegadamente doente e enfraquecida por um século de liberalismo monárquico e republicano. Como frisou o chefe do Governo logo em 1933, “a Nação Portuguesa não é de ontem – estamos a reconstruí-la mas não a edifica-la” (SALAZAR, 1948, p. 15). Neste sentido, a significativa transformação do tecido urbano e arquitetónico do país, instrumentalizada política e ideologicamente para consumo interno e externo, foi interpretada como a materialização dessa narrativa teleológica do regime.

Prolongando a conceção oitocentista de uma correspondência biológica entre o estado físico e mental da pátria e o das artes e património, considerou-se que “a arquitectura portuguesa do primeiro quartel do século XX reflecte o mundo confuso das ideias legadas pelo século XIX, o definhamento das instituições, da consciência e das actividades nacionais, certos aspectos da desorganização social em que vivíamos”. Em contraste, a arquitetura integrada no “vasto plano das realizações levadas a efeito pelo Estado (...) documenta a obra extensa e profunda, entusiástica mas ponderada, persistente e duradoura do ressurgimento nacional” (SANTOS, 1940, p. 68-69).

Nas palavras de António Ferro, “as provas desse ressurgimento, dessa renascença, não são imagens literárias, figuras de retórica: são documentos vivos, de pedra e cimento armado, espalhados por esse País fora, ao alcance de todos” (1948, p. 19). A arquitetura, como se procurará demonstrar, reificou, na sua pretensa intenção de inscrever o

presente e o futuro na continuidade linear de um (seletivo) passado messiânico, uma forma de resistir à descontinuidade característica da modernidade (GIDDENS, 1998). Contestando a metamorfose histórica a que qualquer identidade nacional se sujeita, o nacionalismo, exacerbado nas ditaduras modernas mas também cultivado por outras matrizes ideológicas, concebe a “Nação como uma categoria da ordem das essências”, atribuindo-lhe um “carácter necessário e eterno”, com raízes “em factores como a diversidade geográfica, a «raça» ou a língua” (MATTOSO 2003, p. 9-10).

Arquitetos e regime: visibilidade social, enquadramento e condicionamento artístico

O investimento do Estado Novo no campo das obras públicas representou, pela quantidade de equipamentos a projetar e pelo carácter sistematizado que deteve (COSTA, 2012), uma oportunidade de trabalho sem precedentes para os arquitetos, grupo socioprofissional diminuto⁵ e de elite, sindicalizado de forma compulsória, à semelhança de outras associações de classe, em 1933. O envolvimento com o regime e em particular com o MOPC/MOP (o principal encomendante de arquitetura), independentemente das ambiguidades e compromissos que, a curto ou médio prazos, acarretou, é inseparável do reforço da visibilidade social desta profissão. Impulsionou, também, após a Segunda Guerra Mundial, o próprio processo de consolidação da sua consciência de classe, ancorado, de um modo algo mitificado mas ainda assim operativo, no I Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em 1948 e enquadrado, de resto, numa iniciativa estatal de celebração de «15 Anos de Obras Públicas».

A aposta do regime recaiu, no dealbar da década de 1930, na recente geração de arquitetos, que se havia formado e/ou iniciado a sua vida profissional no decénio de 1920 e na qual se incluíam, entre outros, Porfírio Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Jorge Segurado, José Ângelo Cottinelli Telmo e Luís Cristino da Silva. Esta opção contribuiu, por um lado, para substanciar a imagem de renovação que o Estado procurou projetar. Por outro lado, à semelhança do sucedido em outras disciplinas artísticas, promoveu-se, deste modo, o seu enquadramento estatal, abarcando-se diferentes sensibilidades estéticas

e político-ideológicas. Segundo António Ferro, o dirigente da “política do espírito” fomentada pelo SPN, prevenia-se ou neutralizava-se, assim, a “inquietação diabólica” e promovia-se, em seu lugar, “a inquietação construtiva”, “a inquietação da Ordem” (1935, p. 6, 8-10).

Importa, todavia, sublinhar que o impulso de englobar os propalados como “novos”, “inquietaos” e “audaciosos” (FERRO, 1949, p. 18), epítetos retóricos sem uma necessária e/ou constante correspondência com um modernismo de pendor mais abstrato, não caracterizou apenas a etapa inicial de afirmação e consolidação do salazarismo (1933-1940). Ainda que aquele procedimento esteja em grande parte ligado à metódica e energética liderança do engenheiro Duarte Pacheco, o primeiro a ocupar a

pasta ministerial das Obras Públicas e Comunicações e, portanto, a endereçar convites e a nomear comissões, os projetos de equipamentos públicos continuaram a absorver, embora sem negligenciar a citada geração que se estreada profissionalmente nos anos vinte, os que de forma progressiva se diplomaram nas décadas seguintes. A título de exemplo, citem-se, entre outros, os arquitetos Inácio Peres Fernandes, Lucínio Guia da Cruz, Francisco Keil Coelho do Amaral, Vasco Vivaldo Leone, Alberto José Pessoa, Cândido Palma Teixeira de Melo, Sebastião Formosinho Sanchez, Bartolomeu Albuquerque da Costa Cabral e Januário Godinho.

Deste modo, o Estado Novo captou, também, arquitetos que, a partir de meados da década de 1940, altura em que se registou a primeira crise do

Figura 1: Palácio da Justiça, Lisboa, Portugal. Arquitetos: Januário Godinho e João Henrique de Melo Breyner Andresen, 1962-1970. Fotografia: Estúdio Horácio Novais (1970). Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT164 160205.ic]



regime, se empenharam na difusão do Movimento Moderno, se destacaram na crítica ao artificialismo do *portuguesismo* forçado das edificações estatais e/ou se politizaram e dinamizaram iniciativas de resistência política e cultural ao Estado Novo (como as Iniciativas Culturais Arte e Técnica, ICAT, agrupadas em torno da figura de Keil do Amaral). Esclareça-se, porém, que as Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (com o estatuto de Superiores reconhecido em 1950) não formavam necessariamente opositores estéticos e/ou políticos, adjetivos cuja dissociação não constitui aliás um fenómeno excecional. Com naturalidade, encontram-se, entre 1933 e 1974, arquitetos que simpatizaram com o regime ou que permaneceram relativamente neutros perante o mesmo. O que se pretende realçar é, por um lado, o crescimento dos *dissidentes moderados* e *desafetos*⁶ no seio da classe dos arquitetos e, por outro, o facto concomitante de a encomenda oficial não os excluir, mesmo conhecendo o seu (ou o que se percecionava como sendo o seu) posicionamento ideológico-político, registado nos boletins informativos que a polícia política (PVDE/PIDE/DGS)⁷ mantinha e atualizava. Mais do que apenas tolerados, foram com frequência escolhidos a dedo para projetar, conquanto, ao mesmo tempo, se procedeu, com diferentes graus de intensidade, à sua vigilância, perseguição e/ou discriminação por motivos ideológicos (por exemplo, no acesso à carreira da docência, dado que esta se encarava como potenciadora do *contágio* de outros).

O carácter ambivalente da realidade que se acaba de retratar compreende-se, em grande medida, à luz do sistema de condicionamento da produção arquitetónica⁸ e da lógica inclusiva e compromissória que o Estado Novo, à semelhança do modo como procedeu em outros sectores, cultivou no campo artístico. Embora oficialmente não se encontre qualquer documento legal que defina e normatize a arquitetura do regime, ingerência ademais negada pelo próprio António de Oliveira Salazar (ENTREVISTAS, 2003, p. 135), o cruzamento de um conjunto de preceitos e normas dispersos, pulverização típica do modelo clássico de funcionamento do poder proposto por Michel Foucault (1998), permite reconstituir, com a limpidez de uma pirâmide burocrática weberiana (WEBER, 1966), o sistema de controlo da arquitetura de iniciativa estatal. A transparência que o caracteriza não exclui, porém, nem a flexibilização de um parecer

ou deliberação motivada por relações de parentesco ou admiração profissional, nem tão-pouco o exercício de pressões através da troca direta de impressões. Crê-se, todavia, com base na análise pormenorizada de um amplo conjunto de percursos de avaliação de projetos arquitetónicos (BRITES, 2014a; BRITES, 2014b), que o constrangimento da arquitetura se realizou mais a partir de uma engrenagem racional de base legal, do que por via de agentes e agendas dissimulados.

A prevenção e repressão do desvio artístico exerciam-se através de dois níveis de intervenção: um técnico (assegurado pelo processo de avaliação dos projetos, definido por legislação emanada pelo MOPC/MOP) e outro financeiro (acionado pela contribuição parcial ou total do Estado na construção do edifício, a qual implicava, para efeitos de aprovação, uma nova cadeia de examinação, fixada pelo Ministério das Finanças). A partir deles é possível reconstituir o trajeto de um projeto de edifício público, desde a seleção do arquiteto autor até à aprovação do contrato da empreitada de construção. Ao invés de um poder unidirecional, deparamo-nos com uma rede de esferas em interação pelas quais o poder circulava, sendo o desfecho final a soma dos progressivos polimentos da proposta inicial.

As várias comissões, juntas e delegações criadas no seio do MOPC/MOP para o planeamento e execução dos diversos equipamentos públicos possuíam um arquiteto-chefe. Nos casos em que este não assinava o projeto da totalidade ou de parte dos edifícios pertencentes à tipologia sob a alçada desse corpo administrativo, contratava-se um arquiteto externo. Pese embora o orçamento previsto para a prestação deste serviço obrigasse, por lei, à abertura de um concurso público, os arquitetos eram, na esmagadora maioria das vezes, convidados pessoalmente, evocando-se para o efeito uma disposição jurídica excecional – a urgência da tarefa e o mérito do prestador (PORTUGAL, 1937, p. 216) –, que viria a transformar-se no padrão de determinação da autoria.

Concluído e apresentado o primeiro estudo do edifício ao organismo responsável pela tipologia em causa, iniciava-se o percurso da sua avaliação, cuja extensão – ou seja, o número de análises e consequentes pareceres de organismos com capacidade de decisão – dependia do orçamento estimado, o qual se tabelou

⁶ Aplicou-se a expressão *dissidentes moderados* aos arquitetos que manifestaram, pontualmente, a sua discórdia, não assumindo, porém, atitudes públicas de confronto direto ao regime. Reservou-se a palavra *desafeto* para os que assumiram um ativismo notório; para aqueles que se relacionaram, simpatizaram ou se filiaram mesmo em estruturas político-partidárias oposicionistas, sendo rotulados pela polícia política como não oferecendo “garantias de cooperar nos fins superiores do Estado”.

⁷ A Política de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) é constituída em Agosto de 1933, a partir da fusão e reestruturação dos corpos policiais anteriores. É transformada em Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) em 1945 e em Direcção-Geral de Segurança (DGS) em 1969.

⁸ Para uma leitura mais detalhada sobre o sistema de condicionamento da produção arquitetónica, incluindo a referência de toda a sua fundamentação jurídica, cfr: BRITES, Joana. *O capital da arquitetura*. Estado Novo, arquitectos e Caixa Geral de Depósitos (1929-1970). Lisboa: Prosafeita, 2014a.

de acordo com a categoria da construção. Ao nível do poder local, os projetos submetiam-se à vistoria das câmaras municipais (equivalentes às prefeituras municipais no Brasil) que, embora apenas tivessem de averiguar se a implantação respeitava o plano de urbanização definido, procuravam, frequentemente, imiscuir-se na definição das fachadas, revelando nas opiniões emitidas o quanto os dilemas estéticos em torno da fisionomia da arquitetura do século XX se encontravam disseminados pela sociedade portuguesa.

No que diz respeito ao poder central, os projetos passavam, dentro da orgânica do MOPC/MOP, pelo crivo da Comissão de Revisão da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e, se a despesa prevista o implicasse ou o ministro o determinasse, pelo Conselho Superior de Obras Públicas, a elite técnica deste ministério. Podia, ainda, registar-se o envolvimento da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização no apuramento da localização do imóvel. Caso esta coincidissem com uma zona de proteção de monumentos nacionais ou imóveis de interesse público, cabia ao Ministério da Educação Nacional pronunciar-se sobre a adequação da futura edificação ao meio envolvente. Finalmente, dado o significativo dispêndio subjacente à construção de um edifício, a minuta do contrato para a sua construção tinha de ser aprovada em Conselho de Ministros (entenda-se o próprio ditador) e, depois, visada pelo Tribunal de Contas (composto por membros da confiança política do Governo e nomeados vitaliciamente pelo ministro das Finanças).

Esclareça-se que a “invisibilidade” da onnipresença do ditador (Gil, 1995), ainda que não se tenha traduzido na prescrição de receitas estilísticas, não deixou de funcionar como um poder latente. O universo das obras públicas permite comprovar a já enunciada singularidade de António Oliveira Salazar tanto ao nível da ingerência em toda “a produção legislativa, muito para além das necessidades de controlo comuns a outros sistemas políticos ditatoriais”, bem como de um acompanhamento ultra meticuloso dos mais variados sectores (PINTO, 2001, p. 1056-1057). O grau de detalhe da informação a que tinha acesso excedia, em larga medida, o expectável (sequer) para um ministro (FERREIRA; CARVALHO; PINTO, 2009). Assegurou, ainda, a capacidade de intervir a todo o momento,

veiculando as suas posições através do ministro das Obras Públicas (com quem de resto reunia pessoal e regularmente) e garantindo a possibilidade, prevista em termos jurídicos, de, na reta final, adiar, rever ou interromper a concretização de um projeto.

A trajetória que se acaba de sintetizar podia demorar vários anos, pelo que a sua aparente linearidade deve ser temperada com a constatação de que na mencionada investigação conduzida a mais de cem processos de construção (BRITES, 2014a) nenhum projeto foi aprovado à primeira ou segunda vez por todo este circuito. Cada vez que qualquer um destes organismos tecia reparos ou sugeria alterações, independentemente do estágio de desenvolvimento do projeto (anteprojecto ou final), este descia à base e todo o percurso começava de novo. Registam-se casos em que se submeteram à apreciação mais de sete debuxos diferentes. No caso de se registar resistência ao abandono de uma solução criticada pela terceira vez, a legislação previa a possibilidade de excluir o arquiteto do projeto em questão de futuros trabalhos para a mesma repartição (PORTUGAL, 1934). Este *modus operandi* gerava uma autocensura da parte dos próprios arquitetos. Por sua vez, dado que não se rejeitava de forma pura e taxativa um projeto mas antes se propunha, quantas vezes as necessárias, uma reformulação cuja amplitude poderia variar entre o detalhe e a essência, garantia-se a possibilidade de burilar e moldar, com a margem de tolerância permitida pelos decisores envolvidos, cada proposta arquitetónica, qualquer que fosse à partida a mundividência estética ou artística do seu autor.

Arquitetura do Estado Novo: a demanda por um «moderno nacional»

A procura de uma arte nacional configurou um fenómeno internacional com génese no século XIX (e.g. MAIA, CARDOSO, LEAL, 2013; ROSMANINHO, 2002-2003, 2016). Não constituindo uma invenção da centúria seguinte, nem tão-pouco um apanágio dos regimes ditatoriais modernos, cumpre, todavia, sublinhar que foi no contexto destes que essa busca se radicalizou e assumiu uma operatividade sem precedentes. Esta diferença de escala de intensidade e obtenção de resultados explica-se pelo processo

⁹Para diferentes ou complementares leituras interpretativas da exposta no presente artigo sobre a arquitetura do Estado Novo português, cfr., entre outros: PORTAS, Nuno. A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação. In: ZEVI, Bruno. *História da Arquitectura Moderna*. Lisboa: Editora Arcádia, 1973. v. 2, p. 687-744; FRANÇA, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1974; PEREIRA, Nuno Teotónio; FERNANDES, José Manuel. A arquitectura do fascismo em Portugal. *Arquitectura*, Lisboa, n.º 142, Julho de 1981, p. 38-48; ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, 1986. v. 14: A Arquitectura Moderna; FERNANDEZ, Sérgio. *Percurso*. Arquitectura Por...continua próximas páginas

Figura 2: Instituto Superior Técnico (vista geral), Lisboa, Portugal. Arquitecto Porfírio Pardo Monteiro, 1927-1935. Fotógrafo: Estúdio Horácio Novais (fotografia posterior a 1936). Fonte: Biblioteca de Arte da FCG [CFT164.162339.ic].

de institucionalização desta demanda – ou seja, a transferência para o Estado da sua prossecução de forma sistemática – no quadro de tipologias políticas onde se normalizou o recurso a dispositivos de censura e repressão.

A arquitetura do Estado Novo português⁹ abrangeu uma diversidade de linguagens estéticas que, ao invés de significar a ausência de uma política cultural própria, atesta a lógica inclusiva que os fascismos praticaram no campo artístico, à semelhança do modo como geriram forças e agentes conflituantes no universo político, social e económico. Não se pretende com isto subscrever a tese de que o regime determinou com exatidão um receituário arquitetónico. Sabia, sim, o que não queria: uma arquitetura percebida como apátrida e desnacionalizadora, encarada como desadequada ao clima, à paisagem e ao carácter do país. Os designados “caixotes” (COLAÇO, 1938, p. 9), designação pejorativa atribuída aos edifícios com terraços de betão armado, exteriores depurados e janelas rasgadas na horizontal, foram genericamente identificados com as imagéticas da *Art Deco* e (sobretudo) do Estilo Internacional, as quais integraram também a realidade arquitetónica do regime, em particular no decurso dos anos

trinta, embora a sua presença (mais ou menos marcante) não se tenha erradicado nas décadas posteriores.

À semelhança da dualidade de requisitos presente, quer em boa parte das encomendas privadas (TELMO, 1948), quer nas críticas e sugestões veiculadas por uma tímida imprensa especializada, o discurso oficial advogou um tipo de construção “que esteja dentro da nossa época, mas, simultaneamente, dentro da nossa raça e do nosso clima” (ENTREVISTAS, 2003, p. 134), “uma nova arquitectura que, sem desdenhar as lições do passado e o carácter próprio do povo português, vai procurando uma expressão própria, que seja, ao mesmo tempo, da nossa época e da nossa nacionalidade” (PORTUGAL, 195-, p. 114). Reivindicava-se, pois, “um sim ao modernismo português; um não ao modernismo implantado sem assimilação” (COLAÇO, 1939, p. 21), ou, por outras palavras, um *reaportuguesamento* da arquitetura contemporânea, “temperada pelo clima português [...] para evitar aquele desenraizamento fatal quando tais obras pontificam apenas em ambientes estranhos, sem o enquadramento da paisagem e da vida nacional” (FERRO, 1949, p. 38). Tal propósito, sem uma definição clara e repetido como um refrão, assentou numa metodologia de





Figura 3: Liceu Nacional de Beja, Portugal. Arquiteto Luís Cristino da Silva, 1930-1936. Fotografia sem data, produzida durante a atividade do Estúdio Mário Novais (1933-1983). Fonte: Biblioteca de Arte da FCG [CFT003 100308.ic.]

igual modo vaga: a “combinação de elementos alheios, mas devidamente joeirados, com as nossas tradições arquitectónicas e com a nossa capacidade de criar” (PAMPLONA, 1944, p. 4). Neste âmbito apontava-se o manuelino como exemplo máximo do *aportuguesamento* de um estilo estrangeiro (COLAÇO, 1938).

Compreende-se, assim, que os arquitetos tenham tateado a objetivação deste *moderno nacional* ou *regional*, revelando uma versatilidade estilística a que não foi alheio o ecletismo característico do sistema de ensino *Beaux-Arts* no qual se formaram

até à Reforma de 1957 (MONIZ, 2011). Esta agenda de intenções, com naturalidade volúvel dada a pluralidade de interpretações que albergou e a evolução que registou ao longo de um regime que ultrapassou quatro décadas, originou diferentes formulações, consoante o autor, a época, a função do equipamento, o público-alvo, o local de implantação e os agentes envolvidos no seu processo de apreciação. A paleta arquitetónica incluiu a imagética do modernismo internacionalista, as interpretações estilizadas e depuradas do classicismo, dos estilos medievais (em particular o gótico) e do barroco.



Figura 4 (topo): Palácio da Justiça, Porto (atual Tribunal da Relação do Porto). Arquiteto Raul Rodrigues Lima, 1961. Fotografia da autora, Dezembro de 2016.

Figura 5: Estação Marítima de Alcântara, Lisboa. Arquiteto Porfírio Pardal Monteiro (inauguração 1942). Fotógrafo: Estúdio Mário Novais. Fonte: Biblioteca de Arte da FCG [CFT003.023766.ic]



Figura 6 (topo): Igreja de São José, Coimbra. Arquiteto Álvaro da Fonseca, 1954-1962. Fotografia da autora, Dezembro de 2016.

Figura 7: Palácio das Comunicações (Central Telefónica e Telefónica, na Praça D. Luís), Lisboa. Arquiteto Adelino Nunes, 1942-1953. Fotógrafo: Estúdio Mário Novais (1953). Fonte: Biblioteca de Arte da FCG [CFT003.070627.ic].



Cultivaram-se, ainda, abordagens regionalistas, apresentadas como condensadores identitários da diversidade cultural do país e em geral interpretadas pela historiografia artística como estereotipações de fórmulas conservadoras impostas pelo poder central. Contudo, investigações mais recentes sobre o regionalismo na arquitetura portuguesa revelaram um panorama mais complexificante. Realçou-se, nomeadamente, o contributo de outras áreas disciplinares (muito antes do envolvimento dos arquitetos) para a fixação dos estereótipos arquitetónicos das várias regiões, o envolvimento de uma pluralidade de agentes, incluindo os das próprias localidades, neste processo e o diálogo com a arquitetura moderna (AGAREZ, 2016).

Não raras vezes o mesmo edifício reuniu e tirou partido de duas ou mais das referidas linguagens estéticas, num hibridismo passível de detetar em variadíssimas tipologias construtivas. Interpretada pelo regime como um itinerário alternativo de modernidade, a linha de pesquisa em torno de um moderno nacional ou local (o segundo encarado

como sinédoque do primeiro) operacionalizou-se, com frequência, através da estilização de elementos de históricos e/ou regionais adossados aos exteriores. Este tipo de abordagem epidérmica não deixou de ser reconhecido e denunciado, desde logo pelos próprios arquitetos (KEIL, 1947), de cujo Sindicato partirá, na segunda metade da década de 1950, a realização, com o apoio oficial, de um levantamento com uma sistematicidade sem precedentes (pese embora as diferenças metodológicas entre as equipas no terreno) da arquitetura popular do país (o «Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa», iniciado em 1955). Se este procurou demonstrar, no subuniverso da arquitectura, a inconsistência de uma visão essencialista e unívoca de arte nacional, a publicação dos seus resultados em 1961, acompanhada com particular interesse pelo próprio ditador, não provocou um abrandamento na reivindicação, defendida desde a década de 1930 pelo Governo mas também por boa parte da sociedade civil, de um “moderno, sim, mas o moderno característico da nossa paisagem, do nosso sentimento e viver” (COSTA, 1931, p. 80).

Figura 8: Pousada de Santa Luzia, Elvas, Portugal. Arquiteto Miguel Jacobetty Rosa (inauguração em 1942). Fotógrafo: Mário Novais (década de 1940). Fonte: Biblioteca de Arte da FCG [CFT003 004290.ic]



... continuação da nota 9 ...
tuguesa. 1930/1974. Porto: FAUP, 1988; ACCIAIUOLI, Margarida. *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes. «Restauração» e «Celebração»*. 1991. Tese (Doutorado em História da Arte Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991; PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997. v. 3: Do Barroco à Contemporaneidade; TOSTÕES, Ana. *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. 2. ed. Porto: FAUP, 1997; TOSTÕES, Ana; BECKER, Anette; WANG, Wilfried (Org.). *Portugal: Arquitectura do Século XX*. München, Nova Iorque, Frankfurt, Lisboa: Prestel/DAM/PF97, 1997; MARTINS, João Paulo. Portuguesismo: nacionalismos e regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa. In: ALÇADA, Margarida; GRILO, Maria Inácia Teles (Coord.). *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 115-132; ALMEIDA, Pedro Vieira de. *A Arquitectura no Estado Novo: Uma Leitura Crítica*. Os Concursos de Sagres. Lisboa: Livros Horizonte, 2002; FERNANDES, José Manuel. *Português Suave*. Arquitecturas do Estado Novo. Lisboa: IPPAR, 2003; TOSTÕES, Ana. *A Idade Maior*. Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa. Porto: FAUP, 2015.

¹⁰ Para um desenvolvimento desta tese (integração da arquitetura do Estado Novo português no conceito maximalista de modernismo), cfr.: BRITES, Joana. Is there an Ideologically-Biased Broadening of the Concept of Modern Architecture? Questioning the Limits of Postmodernism's Inclusivism and Testing a Further Expansion. *RIHA Journal*, n.º 0133, 15 July 2016 [online].

Esclareça-se que a realização do Inquérito, convertida pela historiografia do pós 25 de Abril de 1974 num marco de resistência ao criticado *portuguesismo* de superfície do regime (e.g. MAIA, CARDOSO, LEAL, 2013), foi acompanhada do intuito, inevitavelmente tendencioso, de confirmar a funcionalidade e racionalidade da arquitetura vernacular (AGAREZ, 2013), num contexto internacional de crise e tentativa de superação das ortodoxias do Movimento Moderno. O significativo impacto do Inquérito na mundividência e prática dos arquitetos, em particular, como recorda um dos envolvidos na iniciativa, na utilização com um “novo à-vontade, sem o sentimento de estarem a trair os princípios basilares da arquitectura moderna, alguns elementos tradicionais que eram antes considerados impuros e por isso proscritos” (PEREIRA, 2000, p. 70), não deixou, porém, de servir o afã do regime em prol de uma adaptação/contextualização da arquitetura moderna, intenção cuja própria durabilidade e eficácia aplicativa dependeu da capacidade de instrumentalizar diferentes formas de lhe dar resposta.

O peso de cada uma das mencionadas correntes estéticas – modernismo internacionalista, historicismo e regionalismo – oscilou ao longo do regime. Embora presentes de forma transversal, a sua maior ou menor incidência desenha uma cronologia e uma geografia mais finas, cuja explanação é incompatível com a natureza sintética deste artigo. No entanto, a interpretação historiográfica que elege a Exposição do Mundo Português, em 1940, como um momento de *inflexão* ou *morte do tolerado* modernismo internacionalista dos anos trinta deve ser matizada. Com efeito, para além de este e suas declinações nunca terem sido erradicados na totalidade, a tensão entre tradição e modernidade percorre toda a produção arquitetónica do salazarismo desde o seu início, prolongando (ainda que com um posicionamento diferenciado) os dilemas (entre outros) estéticos nascidos em Oitocentos com o impacto do processo de modernização. Deste modo, a arquitetura do Estado Novo, pese embora a especificidade que assume e que se acaba de contextualizar e sintetizar, inscreve-se num processo que ultrapassa o seu estrito balizamento cronológico e constitui, na procura de uma conciliação entre tradição e modernidade, uma realidade com paralelos internacionais, que importa repensar no âmbito do fenómeno lato e multiforme do modernismo¹⁰.

Referências bibliográficas e documentais

- ACCIAIUOLI, Margarida. *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes. «Restauração» e «Celebração»*. 1991. Tese (Doutorado em História da Arte Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.
- AGAREZ, Ricardo. Vernacular, Conservative, Modernist: The Uncomfortable “Zone 6” (Algarve) of the Portuguese Folk Architecture Survey (1955–1961). In: MAIA, M. H.; CARDOSO, A. (Ed.). *To and Fro. Modernism and Vernacular Architecture*. Porto: CESAP/CEAA, 2013, p. 31-50.
- AGAREZ, Ricardo. *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal (1925-1965)*. London: Routledge, 2016.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de. *A Arquitectura no Estado Novo: Uma Leitura Crítica*. Os Concursos de Sagres. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, 1986. v. 14: A Arquitectura Moderna.
- ALVES, V., *Arte popular e nação no Estado Novo*. A política folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.
- AMARAL, Keil do. Maleitas da arquitectura nacional. *Arquitectura*, Lisboa, ano XX, n.º 17-18, Julho/Agosto de 1947, p. 18-20.
- BRITES, Joana. *Arquitectura da CGDCP*. Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1970). Lisboa: Prosafeita, 2014b.
- BRITES, Joana. Is there an Ideologically-Biased Broadening of the Concept of Modern Architecture? Questioning the Limits of Postmodernism's Inclusivism and Testing a Further Expansion. *RIHA Journal*, n.º 0133, 15 July 2016 [online].
- BRITES, Joana. *O capital da arquitectura*. Estado Novo, arquitectos e Caixa Geral de Depósitos (1929-1970). Lisboa: Prosafeita, 2014a.
- CASTELO-BRANCO, Salwa; FREITAS, Jorge Branco (Ed.). *Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 2003.
- COLAÇO, T. R. Arquitectura e religião. Carta aberta de Tomás Ribeiro Colaço ao Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa. *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, ano XXXI, n.º 47, Fevereiro de 1939, p. 19-22.
- COLAÇO, T. R. Nacionalismo e lógica. *A arquitectura portuguesa*, Lisboa, ano XXXI, n.º 38, Maio de 1938, p. 9.
- COLLOTTI, Enzo. *Fascismo, Fascismos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- COSTA, Francisco. Por uma arquitectura própria. A arquitectura moderna. *Arquitectura*, Lisboa, n.º 20, Agosto/Setembro de 1931, p. 80.
- COSTA, Sandra Vaz. *O país a régua e esquadro*: urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco. Lisboa: IST Press, 2012.

- COTTINELLI TELMO, José. *Arquitetura Nacional – Arquitectura internacional*. In: *I Congresso Nacional de Arquitectura*. Relatório da Comissão Executiva. Teses, Conclusões e Votos do Congresso. Lisboa: SNA, 1948 p. 61-65.
- CRUZ, Manuel Braga. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- ENTREVISTAS de António Ferro a Salazar. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003.
- FERNANDES, José Manuel. *Português Suave*. Arquitecturas do Estado Novo. Lisboa: IPPAR, 2003.
- FERNANDEZ, Sérgio. *Percurso*. Arquitectura Portuguesa. 1930/1974. Porto: FAUP, 1988.
- FERREIRA, Nuno Estêvão; CARVALHO, Rita Almeida de; PINTO, António Costa. The “empire of the professor”: Salazar’s ministerial elite, 1932-44. In: PINTO, António Costa (Ed.). *Ruling Elites and Decision-Making in Fascist-Era Dictatorships*. New York: Columbia University Press, 2009, p. 119-136.
- FERRO, A. *A Política do Espírito e os Prémios Literários do SPN*. Lisboa: SPN, s/d [1935].
- FERRO, A. A resposta do director do SPN [1933]. In: *CATORZE Anos de Política do Espírito*. Lisboa: SNI, 1948, p. 19-21.
- FERRO, A. *Arte Moderna*. Discursos pronunciados em 23 de Maio de 1935 e 6 de Maio de 1949. Lisboa: SNI, 1949.
- FERRO, A. *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- FRANÇA, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1974.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- GIL, José. *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio D’Água, 1995.
- LINZ, Juan. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2000.
- LUCENA, Manuel. *O Regime Salazarista e a sua Evolução*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1995.
- MAIA, M. H.; CARDOSO, A.; LEAL, J. C. *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina*. Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional. Caderno 4, Porto: CESAP/CEAA, 2013.
- MARTINS, João Paulo. Portuguesismo: nacionalismos e regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa. In: ALÇADA, Margarida; GRILO, Maria Inácia Teles (Coord.). *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN, 1999, p. 115-132.
- MATTOSO, J. *A Identidade Nacional*. 3 ed. Lisboa: Gradiva, 2003.
- MEDINA, João. *Salazar, Hitler e Franco*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.
- MELO, D.. *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- MONIZ, G. C. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69). 2011. Tese (Doutorado em Arquitectura) – Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- NOLTE, Ernst, *Les Mouvements Fascistes: L’Europe de 1919 à 1945*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.
- NUNES, João Arsénio. Salazar e os fascismos. *Vértice*, Lisboa, n.º 13, Abril de 1989, p. 9-19.
- NUNES, João Paulo Avelãs. Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*. *População e Sociedade*, Porto, n.º 8, 2002, p. 73-101.
- O Estado Novo*. Das Origens Ao Fim Da Autarcia (1926-1959). Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987.
- O Fascismo em Portugal*. Actas do Colóquio. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.
- Ó, Jorge Ramos. *Os Anos de Ferro*. O Dispositivo Cultural Durante a “Política do Espírito”: 1933-1949. Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- PAMPLONA, F. Os nossos inquéritos. *Arquitetura de amanhã. Diário da Manhã*, Lisboa, ano XIII, n.º 4565, 18 de Janeiro de 1944, p. 4.
- PEREIRA, Nuno Teotónio. Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional. *J-A*, Lisboa, n.º 195, Março/Abril de 2000, p. 69-71.
- PEREIRA, Nuno Teotónio; FERNANDES, José Manuel. A arquitectura do fascismo em Portugal. *Arquitetura*, Lisboa, n.º 142, Julho de 1981, p. 38-48.
- PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997. v. 3: Do Barroco à Contemporaneidade.
- PINTO, António Costa. De regresso ao fascismo. *Análise Social*, Lisboa, n.º 179, 2006, p. 611-627.
- PINTO, António Costa. O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). *Análise Social*, n.º 157, Lisboa, 2001, p. 1055-1078.
- PINTO, António Costa. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu*. Problemas de Interpretação Nas Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- PINTO, António Costa. Portugal, Michael Mann, o fascismo europeu. In: MANN, Michael. *Fascistas*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 9-26.
- PORTAS, Nuno. A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação. In: ZEVI, Bruno. *História da Arquitectura Moderna*. Lisboa: Editora Arcádia, 1973. v. 2, p. 687-744.
- PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística. *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1945.

- PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional. *Roteiro da Arte Portuguesa*. Lisboa: Campanha Nacional de Adultos, 195-.
- PORTUGAL. Ministério das Finanças, Decreto-Lei n.º 27563, de 13 de Março de 1937. *Diário do Governo*. Lisboa, n.º 60, I série, p. 216-217, 1937.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Decreto-Lei n.º 23511, de 26 de Janeiro de 1934. *Diário do Governo*. Lisboa, n.º 22, I série, p. 147-148, 1934.
- ROSAS, Fernando. Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo. *Vértice*, Lisboa, n.º 13, Abril de 1989, p. 21-29.
- ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, Lisboa, n.º 157, 2001, p. 1031-1054.
- ROSAS, Fernando. *Portugal Século XX: 1890-1976*. Pensamento e Acção Política. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.
- ROSAS, Fernando. *Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- ROSMANINHO, Nuno. A casa portuguesa e outras casas nacionais. *Revista da Universidade de Aveiro*. Letras, Aveiro, n.ºs 19-20, 2002-2003, p. 225-250.
- ROSMANINHO, Nuno. *Artes de Portugal*. Antologia (1814-1920). EUA: Amazon/Kindle Edition, 2016.
- SALAZAR, António de Oliveira. O discurso pronunciado pelo Senhor Presidente do Conselho (26 de Outubro de 1933). In: *CATORZE Anos de Política do Espírito*. Lisboa: SNI, 1948, p. 11-16.
- SALAZAR, António de. Prefácio. In: FERRO, A. *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. IX-XLI.
- SANTOS, L. R. Monumentos. In: SANTOS, L. R.; QUEIROZ, C. *Paisagem e Monumentos de Portugal*. Lisboa: SPN, 1940, p. 33-69.
- TORGAL, Luís Reis. «Estado Novo» em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, n.º 1, Junho de 1997, p. 5-32.
- TOSTÕES, Ana. *A Idade Maior*. Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa. Porto: FAUP, 2015.
- TOSTÕES, Ana. *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. 2 ed. Porto: FAUP, 1997.
- TOSTÕES, Ana; BECKER, Anette; WANG, Wilfried (Org.). *Portugal: Arquitectura do Século XX*. München, Nova Iorque, Frankfurt, Lisboa: Prestel/DAM/PF97, 1997.
- WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, p.16-27.

Recebido [Abr. 29, 2017]

Aprovado [Jun. 19, 2017]